

BIBLIOTECA

Jornal: A Tarde

Data: 14/11/08

Caderno: Página: A4

Assunto: Baurro

PATRIMÔNIO | Decisão do Iphan protege prédios e traçados e já está em vigor. Projeto de revitalização da região não será afetado

Tombamento do Comércio vale até decisão definitiva

PROPOSTA DE TOMBAMENTO

- Poligonal de tombamento
 - Poligonal de entorno
 - Bens individualmente tombados
- 1 Ed. Manoel Joaquim de Carvalho
 - 2 Ed. Tude Irmão & Cia.
 - 3 Ed. British Bank of South America
 - 4 Ed. Sede do Banco Econômico da Bahia
 - 5 Ed. Bank of London South
 - 6 Ed. Argentina
 - 7 Agência Central dos Correios e Telégrafos
 - 8 Ed. Westphalen Bach & Krohn



MARY WEINSTEIN
mweinstein@grupootarde.com.br

O Comércio está tombado provisoriamente até que o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ratifique o entendimento do órgão ou archive o processo. A data para este julgamento ainda não foi marcada. Com a notificação publicada no Diário Oficial da União em 24 de outubro e, mais uma vez, em A TARDE esta semana, os imóveis circunscritos à área delimitada têm todas as prerrogativas da proteção definitiva. Assim determina a Lei nº 025/37.

“Pela lei, a proteção já começa. Este é um tombamento de conjunto do bairro, mas também com edifícios tombados individualmente. A poligonal abrange a parte mais antiga e algumas unidades ecléticas”, disse o diretor nacional do Departamento de Patrimônio Material (Depam), Dalmo Vieira.

Ele explicou que a medida decorre do enorme valor arquitetônico da área composta majoritariamente por exemplares ecléticos. “Por muito tempo, foi valorizada a arquitetura colonial. Então esse tombamento incorpora essa noção de que áreas com valor continuaram se construindo ao longo do tempo”, ressaltou.

A notificação incluiu oito prédios ecléticos e nenhum moderno. O Caramuru, tombado pelo governo estadual este ano, não está entre os individuais classificados pelo Iphan, mas integra o entorno parametrizado.

Dalmo Vieira explicou que o Iphan constituiu um grupo de trabalho para estudar o tombamento de prédios do período moderno. Embora não estejam incluídos na lista do Iphan, os edifícios construídos mais recentemente também são considerados parte do patrimônio.



Prédios na Rua Corpo Santo: perspectiva de preservação

Barroquinha, em um prazo de 30 dias, a partir de 24 de outubro.

A iniciativa de tombar o Comércio foi tomada pelo próprio Iphan, que se baseou em documentos produzidos por décadas. A instrução durou seis meses. Dalmo Vieira disse que este é o maior tombamento que se faz na Bahia nas últimas décadas. “É um movimento estratégico do Iphan. Estamos com estudos praticamente em todas as capitais do Norte e Nordeste. Se não protegemos essas cidades, vamos estar legando uma cidade anônima. Por isso ampliamos a área de tombamento em Manaus, Belém e João Pessoa”, disse Vieira.

REVITALIZAÇÃO – “Acho que não vai estancar o plano de revitalização do Comércio. Não vai mudar muito. A única coisa que não vai poder acontecer é demolição de prédio. E isso até o Conselho Consultivo do Iphan decidir.”

tes da re-ratificação do tombamento do Centro Histórico. “Também espero que eles definam as poligonais de entorno, porque isso o Iphan não faz. É preciso desenvolver a cidade. Não vou deixar a cidade parada. O Iphan tem de ser muito claro, porque não tem sido. As regras têm de estar claras”, avisou Kátia Carmelo.

“Acho que, para a Marina, não muda nada, porque a Marina já está em uma área de preservação rigorosa”, disse o diretor da Bahia Marina, Reynaldo Loureiro. “Agora, acho que o Iphan não está se limitando ao entorno dos prédios tombados; ele está expandindo. Ao expandir tanto os seus limites de atuação, precisa ter uma estrutura capaz de responder à demanda que se cria. Provavelmente ele está se estruturando para isso”, disse.

O superintendente do Iphan, Carlos Amorim, informou que a Regional está anta a esclarecer

Centro financeiro é reconhecido

“Eu sou de total apoio ao tombamento e concordo plenamente com a medida. Na época em que nos instalamos aqui, procuramos não agredir esse patrimônio. Aproveitamos todas as paredes. Até fizemos paredes, mas quebrar, não. Isso foi orientação minha para que nada fosse danificado”, disse Renato Pinheiro, diretor-geral da Faculdade da Cidade, que ocupa o prédio do Banco Econômico, na Praça da Inglaterra, um dos oito tombados. Ele citou a solução encontrada para a biblioteca, que era um vão aberto, e nela foi colocada a porta de vidro. “Acréscimos feitos são temporários e removíveis”, complementou, sobre a ocupação do prédio inaugurado em janeiro de 1928, com projeto em estilo neoclássico dos arquitetos Weathley & Blake, executado pela Christian & Nielsen.

A professora de arquitetura do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida, que está concluindo a tese *O Processo de Modernização Urbana no Comércio*, considerou a medida do Iphan apropriada. “O Comércio sempre foi um centro financeiro. Certamente merece esse reconhecimento porque além de ter exemplares de relevância arquitetônica, ainda per-

mite a leitura da distinção entre a Cidade Alta e Baixa, que só é possível com a preservação de determinados parâmetros urbanísticos, como o gabarito”, disse.

“O Comércio é um somatório de vários tempos e tem registros de várias etapas de construção. Essas características devem ser enfatizadas. Grande parte do traçado está sobre o aterro que se constituiu no início do século XX, a partir das obras de ampliação do porto”, explicou a professora. “Os trapiches eram poderosos. A alfândega não dava conta de todos e acumulava prejuízos. O Estado instalou alfândegas nos trapiches”, contou. (M.W.)

Comerciantes recebem notícia com desconfiança

VALMAR HUPSEL FILHO
vhupsel@grupootarde.com.br

A notícia do tombamento da área do Comércio de Salvador foi recebida com surpresa e ceticismo por empresários e síndicos de prédios comerciais localizados na região inserida no perímetro determinado pelo Iphan. Mais do que o tombamento, a preocupação deles está mais voltada para a questão da insegurança no bairro e à prometida (e, segundo eles, não cumprida) revitalização do Comércio.

“Se for para beneficiar o Comércio, esta é uma boa notícia, mas se for para limitar o comércio, vou recorrer”, disse Bastos. O prazo para que os proprietários possam “anuir ou impugnar a iniciativa”, de acordo com o edital no Diário Oficial da União, é 24 de novembro – 30 dias depois da data de publicação.

O empresário Aderbal Abreu, síndico do edifício Catelina, na Rua Portugal, 19, vê com desconfiança o tombamento. Ele contou que recentemente fez uma intervenção na fachada do prédio para oferecer mais segurança aos transeuntes, uma vez que as pedras estavam soltas e poderiam atingir alguém na calçada. “Se o prédio fosse tombado, nós

PROPOSTA DE TOMBAMENTO

Poligonal de tombamento

Poligonal de entorno

Bens individualmente tombados

1 Ed. Manoel Joaquim de Carvalho

2 Ed. Tude Irmão & Cia.

3 Ed. British Bank of South America

4 Ed. Sede do Banco Econômico da Bahia

5 Ed. Bank of London South

6 Ed. Argentina

7 Agência Central dos Correios e Telegrafos

8 Ed. Westphalen Bach & Krohn



POLIGONAIS

MARY WEINSTEIN

mweinstein@grupoatarde.com.br

O Comércio está tombado provisoriamente até que o Conselho Consultivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ratifique o entendimento do órgão ou archive o processo. A data para este julgamento ainda não foi marcada. Com a notificação publicada no Diário Oficial da União em 24 de outubro e, mais uma vez, em A TARDE esta semana, os imóveis circunscritos à área delimitada têm todas as prerrogativas da proteção definitiva. Assim determina a Lei nº 025/37.

"Pela lei, a proteção já começa. Este é um tombamento de conjunto do bairro, mas também com edifícios tombados individualmente. A poligonal abrange a parte mais antiga e algumas unidades ecléticas", disse o diretor nacional do Departamento de Patrimônio Material (Depam), Dalmo Vieira.

Ele explicou que a medida decorre do enorme valor arquitetônico da área composta majoritariamente por exemplares ecléticos. "Por muito tempo, foi valorizada a arquitetura colonial. Então esse tombamento incorpora essa noção de que áreas com valor continuaram se construindo ao longo do tempo", ressaltou.

A notificação incluiu oito prédios ecléticos e nenhum moderno. O Caramuru, tombado pelo governo estadual este ano, não está entre os individuais classificados pelo Iphan, mas integra o entorno parametrizado.

Dalmo Vieira explicou que o Iphan constituiu um grupo de trabalho para estudar o tombamento de prédios do período moderno. Embora não estejam incluídos na lista do Iphan, os edifícios construídos mais recentemente estão sujeitos à jurisdição federal porque fazem parte do entorno. "Tombamento não é congelamento", avisa Vieira. E acrescenta que nenhuma obra poderá ser feita na área sem consulta prévia ao Iphan.

O gestor acredita que não encontrará resistência por parte da prefeitura. "Estamos valorizando um patrimônio. Não seria razoável que essa área deixasse de ser vista. Esperamos parceria nesse aspecto", declarou. Ele informou que até o momento não houve impugnações. Se houver, podem ser encaminhadas ao Iphan, na



Prédios na Rua Corpo Santo: perspectiva de preservação

Barroquinha, em um prazo de 30 dias, a partir de 24 de outubro.

A iniciativa de tomar o Comércio foi tomada pelo próprio Iphan, que se baseou em documentos produzidos por décadas. A instrução durou seis meses. Dalmo Vieira disse que este é o maior tombamento que se faz na Bahia nas últimas décadas. "É um movimento estratégico do Iphan. Estamos com estudos praticamente em todas as capitais do Norte e Nordeste. Se não protegemos essas cidades, vamos estar legando uma cidade anônima. Por isso ampliamos a área de tombamento em Manaus, Belém e João Pessoa", disse Vieira.

REVITALIZAÇÃO - "Acho que não vai estancar o plano de revitalização do Comércio. Não vai mudar muito. A única coisa que não vai poder acontecer é demolição de prédio. E isso até o Conselho Consultivo decidir. A gente tem que conhecer as justificativas que foram aplicadas. Se tombou o conjunto, tem de ter valor em tudo e não só nos bens isolados", reagiu a secretária de Planejamento municipal, Kátia Carmelo. "O Iphan vai ter de dizer nessa justificativa quais os critérios para liberação dos empreendimentos", disse.

A secretária afirmou que terá uma reunião com o novo superintendente do Iphan, Carlos Amorim, porque pretende atualizar a legislação municipal criada em 1983 por exigência da Unesco, an-

tes da re-ratificação do tombamento do Centro Histórico. "Também espero que eles definam as poligonais de entorno, porque isso o Iphan não faz. É preciso desenvolver a cidade. Não vou deixar a cidade parada. O Iphan tem de ser muito claro, porque não tem sido. As regras têm de estar claras", avisou Kátia Carmelo.

"Acho que, para a Marina, não muda nada, porque a Marina já está em uma área de preservação rigorosa", disse o diretor da Bahia Marina, Reynaldo Loureiro. "Agora, acho que o Iphan não está se limitando ao entorno dos prédios tombados; ele está expandindo. Ao expandir tanto os seus limites de atuação, precisa ter uma estrutura capaz de responder à demanda que se cria. Provavelmente ele está se estruturando para isso", disse.

O superintendente do Iphan, Carlos Amorim, informou que a Regional está apta a esclarecer quaisquer dúvidas sobre o tombamento e adiantou que o mecanismo de proteção não muda o cotidiano do Comércio. "A intenção da regional é também motivar a população a cada vez mais cuidar do seu patrimônio. A Regional tem 41 técnicos de alta competência, todos preparados para atuar na defesa da preservação do Comércio", afirmou Amorim. Ele também lembrou a instalação do Conselho Consultivo regional através da Portaria de nº 5/2008, que ajudará na análise de processos, além da rede de parcerias que o Iphan está construindo.

Centro financeiro é reconhecido

"Eu sou de total apoio ao tombamento e concordo plenamente com a medida. Na época em que nos instalamos aqui, procuramos não agredir esse patrimônio. Aproveitamos todas as paredes. Até fizemos paredes, mas quebrar, não. Isso foi orientação minha para que nada fosse danificado", disse Renato Pinheiro, diretor-geral da Faculdade da Cidade, que ocupa o prédio do Banco Econômico, na Praça da Inglaterra, um dos oito tombados. Ele citou a solução encontrada para a biblioteca, que era um vão aberto, e nela foi colocada a porta de vidro. "Acréscimos feitos são temporários e removí-

veis", complementou, sobre a ocupação do prédio inaugurado em janeiro de 1928, com projeto em estilo neoclássico dos arquitetos Weathley & Blake, executado pela Christian & Nielsen.

A professora de arquitetura do Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia Maria do Carmo Baltar Esnaty de Almeida, que está concluindo a tese *O Processo de Modernização Urbana no Comércio*, considerou a medida do Iphan apropriada. "O Comércio sempre foi um centro financeiro. Certamente merece esse reconhecimento porque além de ter exemplares de relevância arquitetônica, ainda per-

mite a leitura da distinção entre a Cidade Alta e Baixa, que só é possível com a preservação de determinados parâmetros urbanísticos, como o gabarito", disse.

"O Comércio é um somatório de vários tempos e tem registros de várias etapas de construção. Essas características devem ser enfatizadas. Grande parte do traçado está sobre o aterro que se constituiu no início do século XX, a partir das obras de ampliação do porto", explicou a professora. "Os trapiches eram poderosos. A alfândega não dava conta de todos e acumulava prejuízos. O Estado instalou alfândegas nos trapiches", contou. (M.W.)

Comerciantes recebem notícia com desconfiança

VALMAR HUPSEL FILHO

vhupsel@grupoatarde.com.br

A notícia do tombamento da área do Comércio de Salvador foi recebida com surpresa e ceticismo por empresários e síndicos de prédios comerciais localizados na região inserida no perímetro determinado pelo Iphan. Mais do que o tombamento, a preocupação deles está mais voltada para a questão da insegurança no bairro e à prometida (e, segundo eles, não cumprida) revitalização do Comércio.

"Se for para beneficiar o Comércio, esta é uma boa notícia, mas se for para tomar e não fazer nada, é complicado", comentou o empresário Roberto Bastos, terceira geração de proprietários da loja A Lâmpada, localizada na Rua Pinto Martins, 56. Ele reclama que à noite o bairro fica à mercê da ação de marginais e usuários de drogas. "O problema é a morosidade dos governos estadual e municipal para colocarem para andar o projeto de revitalização do Comércio", disse.

Ao tomar conhecimento do tombamento por meio da reportagem de A TARDE, o empresário acionou seu advogado para analisar o caso. "Se não estiver de

acordo, vou recorrer", disse Bastos. O prazo para que os proprietários possam "anuir ou impugnar a iniciativa", de acordo com o edital no Diário Oficial da União, é 24 de novembro - 30 dias depois da data de publicação.

O empresário Aderbal Abreu, síndico do edifício Catelina, na Rua Portugal, 19, vê com desconfiança o tombamento. Ele contou que recentemente fez uma intervenção na fachada do prédio para oferecer mais segurança aos transeuntes, uma vez que as pedras estavam soltas e poderiam atingir alguém na calçada. "Se o prédio fosse tombado, nós teríamos a maior dificuldade para fazer a obra", concluiu.

CRÍTICAS - Já o sócio-proprietário da loja Magazine dos Esportes, Sérgio Rodrigues, tem críticas ao tombamento. Seu imóvel, que fica na Rua Corpo Santo, 31, é tombado, e ele reclama. "A gente ficou engessado, não pode nem pintar a fachada com uma cor diferente da que o Iphan determina. Uma vez, tivemos que cortar 30 centímetros de um letreiro porque eles mandaram", disse. Ele também espera que a revitalização do bairro contribua para a valorização dos imóveis da área.